

# SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO BRASIL

## PSYCHIC SUFFERING IN THE CONTEXT OF COVID-19'S HEALTH CRISIS IN BRAZIL

Paulo Dourian Pereira de Carvalho<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-1961-8970>

Maria da Guia Cunha Dantas<sup>2</sup>  
<http://orcid.org/0000-0003-4640-7079>

Ana Paula Felizardo<sup>3</sup>  
<http://orcid.org/0000-0001-6495-4303>

Carlos Botazzo<sup>4</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-8646-1769>

## RESUMO

A crise sanitária da pandemia da covid-19 produz expressões de sofrimentos no Brasil e no mundo. Desde março de 2020, o país é desafiado pelo patógeno SARS-CoV-2, vírus mutante, potente, pouco conhecido e letal, que já levou a óbito mais de seiscentas mil pessoas e infectou mais de 30 milhões somente em solo brasileiro. Ademais, as consequências ultrapassam o campo da Saúde Coletiva e afetam as dinâmicas econômicas e sociais na contemporaneidade, seja pelas disputas de narrativas entre salvar a economia ou vidas, seja pela maior exposição dos sujeitos em desvantagem social e condições de vida ainda mais precárias. Consequências diretas que se tem percebido como efeito de dois anos de pandemia são o desenvolvimento e o agravamento de quadros do sofrimento psíquico em parte considerável da população. Organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, além de psicólogos e psiquiatras têm considerado esse fenômeno na

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN) e doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). E-mail: paulo.dourian@hotmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela UFRN. Mestranda em Ciências Sociais na linha de pesquisa Estado, Governo e Sociedade. E-mail: guiadantas@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Direito. Doutoranda em Ciências Sociais, na linha de Pesquisa Complexidade, Cultura e Pensamento Social, pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisadora – Colaboradora do Humanitas - Instituto de Estudos Integrados (UFRN). Ativista social, Fundadora da Ong RESPOSTA- Responsabilidade Social Posta em Prática. Colaboradora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: anapaulafelizardo.ufrn@gmail.com

<sup>4</sup> Professor Associado Sênior. Departamento de Política, Gestão e Saúde, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Email: botazzo@usp.br

condição de uma “epidemia paralela” ao se referirem ao quadro de adoecimento mental que tem se desenhado. Desse modo, consiste em um assunto relevante pela sua influência na perda de qualidade de vida das pessoas e de suas famílias. Por tal razão, este ensaio tem como objetivo analisar como a emergência sanitária influenciou na saúde psíquica da população, com o uso de categorias teóricas desenvolvidas por expoentes do pensamento social contemporâneo, particularmente os conceitos de “Estado de exceção”, de que nos fala Giorgio Agamben; “necropolítica”, explicitado por Achille Mbembe; as noções de “biopolítica” e “controle de corpos”, de Michel Foucault; além das discussões sobre “vidas precárias”, de Judith Butler, entre outras categorias e autores. Além disso, também realizamos breve reflexão sobre a gestão das informações que circulam nas redes sociais durante a pandemia e seus impactos na saúde mental dos brasileiros(as). Os referidos autores e suas teorias, embora distintas, confluem, nesta análise, no sentido de oferecer lastro para o aprofundamento do tema do sofrimento psíquico no contexto pandêmico no Brasil. Entendemos que essa é uma discussão urgente e que precisa ser trazida à baila a fim de que, a partir do debate científico e político, possamos encontrar alternativas que nos ajudem a diminuir os efeitos nocivos da epidemia na produção de subjetividades na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** sofrimento psíquico; covid-19; pandemia; Brasil.

## ABSTRACT

The health crisis of the covid-19 pandemic produces expressions of suffering in Brazil and in the world. Since March 2020, the country has been challenged by the pathogen SARS-CoV-2, a mutated, potent, little-known and lethal virus that has already killed more than 600,000 people and infected more than 30 million people on Brazilian soil alone. Furthermore, the consequences go beyond the field of Collective Health and affect the economic and social dynamics in contemporary times, whether due to narrative disputes between saving the economy or lives, or due to the greater exposure of subjects at social disadvantage and even more precarious living conditions. Direct consequences that have been perceived as an effect of two years of pandemic are the development and worsening of psychological suffering, which are present in a considerable part of the population. International organizations such as the World Health Organization (WHO), in addition to psychologists and psychiatrists, have considered this phenomenon as a “parallel epidemic” when referring to the picture of mental illness that has emerged. Thus, it is a relevant subject due to its influence on the loss of quality of life for people and their families. For this reason, this essay aims to analyze how the health emergency influenced the population’s mental health, using theoretical categories developed by exponents of contemporary social thought, particularly the concepts of “State of exception” mentioned by Giorgio Agamben, the “necropolitics” explained by Achille Mbembe, the notions of

“biopolitics” and “control of bodies” by Michel Foucault, in addition to the discussions about “precarious lives” by Judith Butler, among other categories and authors. In addition, we also made a brief reflection on the management of information that circulates on social networks during the pandemic and its impacts on the mental health of Brazilians. The aforementioned authors and their theories, although distinct, converge, in this analysis, in the sense of offering ballast for the deepening of the theme of mental suffering in the pandemic context in Brazil. We understand that this is an urgent discussion that needs to be brought up so that, based on the scientific and political debate, we can find alternatives that help us to reduce the harmful effects of the epidemic on the production of subjectivities in Brazilian society.

**Keywords:** Mental suffering. Covid-19. Pandemic. Brazil.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo principal tecer uma reflexão sobre o sofrimento psíquico relacionado à pandemia do coronavírus no Brasil. Sabemos que os primeiros casos de contágio pelo SARS-CoV-2 (covid-19) foram identificados em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, tendo se espalhado por todo o mundo nos meses que se seguiram. Desde então, uma série de transformações tem sido desencadeada pelo contexto da crise sanitária da covid-19, em nível global. Um dos efeitos mais drásticos na vida das pessoas diz respeito ao aumento dos índices de adoecimento psíquico.

Pesquisa recente aponta que o bem-estar e a saúde mental de 53% dos brasileiros piorou nos últimos 12 meses, ou seja, desde o início da pandemia no país, em março de 2020 até março de 2021. A mesma pesquisa foi desenvolvida em um total de 30 países e o Brasil só fica abaixo dos índices registrados em quatro outros países, quais sejam: Itália (54%), Hungria (56%), Chile (56%) e Turquia (61%). Casos de ansiedade, insônia e depressão foram os aspectos mais relatados pelos 2 mil entrevistados brasileiros, como consequência das alterações em suas rotinas causadas pela pandemia (SIMECS, 2021)

Especialistas em saúde mental, como psicólogos e psiquiatras, além de importantes órgãos sanitários, como a Organização Mundial da Saúde, chegaram a mencionar uma “epidemia paralela” à da covid-19, que se caracteriza pelo aumento percebido do sofrimento psicológico e dos transtornos mentais no Brasil. Embora ainda não haja estudos suficientes capazes de mensurar a exata alteração desses índices, a literatura científica tem chamado a atenção para os impactos da epidemia do coronavírus na saúde mental e emocional dos(as) brasileiros(as). Embora, certamente, esse seja um problema social que possa ser identificado em escala global.

De acordo com o Ministério da Saúde, o crescimento das enfermidades psíquicas possui múltiplas causas, desde questões de ordem subjetiva a implicações decorrentes da esfera social. Válida a transcrição:

O aumento dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais durante a pandemia pode ocorrer por diversas causas. Dentre elas, pode-se destacar a ação direta do vírus da Covid-19 no sistema nervoso central, as experiências traumáticas associadas à infecção ou à morte de pessoas próximas, o estresse induzido pela mudança na rotina devido às medidas de distanciamento social ou pelas consequências econômicas, na rotina de trabalho ou nas relações afetivas e, por fim, a interrupção de tratamento por dificuldades de acesso. [...] Esses cenários não são independentes. Ou seja, uma pessoa pode ter sido exposta a várias destas situações ao mesmo tempo, o que eleva o risco para desenvolver ou para agravar transtornos mentais já existentes (BRASIL, 2020)<sup>5</sup>.

Ademais, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) alertou que a pandemia da covid-19 exacerbou os fatores de risco associados a comportamentos suicidas com base em estudos que demonstram que a pandemia ampliou os episódios relacionados ao suicídio, como perda de emprego ou econômica, trauma ou abuso, transtornos mentais e barreiras ao acesso à saúde. Cerca de 50% das pessoas que participaram de uma pesquisa do Fórum Econômico Mundial no Chile, Brasil, Peru e Canadá, um ano após o início da pandemia, relataram que sua saúde mental havia piorado.

Trata-se de um tema complexo. Nesse sentido, lançando mão de categorias teóricas desenvolvidas por grandes nomes do pensamento social contemporâneo, como o conceito de “Estado de exceção”, de que nos fala Giorgio Agamben; “necropolítica”, explicitado por Achille Mbembe; noções de “biopolítica” e “controle de corpos”, de Michel Foucault; além das discussões sobre “vidas precárias”, de Judith Butler, entre outros autores, pretendemos aprofundar a reflexão sobre o tema do sofrimento psíquico no contexto pandêmico no Brasil. Também achamos pertinente uma breve reflexão sobre a gestão das informações que circularam nas redes durante a pandemia e os seus impactos na saúde mental dos brasileiros(as), uma vez que é também um importante fator capaz de desencadear sofrimentos psíquicos.

## A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Em 1947, foi publicado *A Peste*, do escritor franco-argelino Albert Camus (1913-1960). Desde a pandemia da covid-19, esse livro tem ganhado os holofotes e a atenção do público leitor em diversos países, sobretudo na Europa. Essa obra atemporal é uma ficção que retrata um quadro desesperador de uma cidade ao norte da Argélia, chamada Oran, no contexto da década de 1940, que passa por uma grave epidemia responsável por causar uma verdadeira devastação na cidade. No romance, o caos desencadeado pela doença, além de afetar profundamente a saúde física da população, fez com que se manifestasse e se agravasse uma série de problemas psíquicos, emoções perturbadoras, isto é, o sofrimento psíquico das pessoas se tornou uma consequência fundamental na cidade de Oran. Saindo um pouco da realidade ficcional, algo semelhante tem ocorrido no Brasil.

<sup>5</sup> Fonte disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 12/02/2022.

Em solo brasileiro, a crise sanitária, que em breve completará dois anos, mobiliza sentimentos de medo, angústia e ansiedade potencializados pelo isolamento social somado à visão negativa de futuro. Esses fatores agem como gatilhos para estados mentais de preocupação, ansiedade, insônia, tristeza, melancolia, pânico, visão negativa de futuro, além do exaustivo custo emocional mobilizado diariamente para assegurar autoproteção, para fazer frente aos perigos de contágio, resultando em privação afetiva, de convívios e sociabilidades. Tudo isso soma-se ao *stress* produzido pela dificuldade de manutenção do pacto de saúde coletiva, representado pela política de vacinação, uma vez que parte da população aderiu às ideias negacionistas, influenciadas pelas *Fake News*, produzindo efeitos deletérios que subestimam o perigo representado pelo vírus e desprezam os inegáveis benefícios da imunização para salvar vidas.

Em *Uma ofegante epidemia - reflexões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da covid-19 no Brasil*, texto que integra coletânea sobre trabalho infantil e pandemia, Ana Paula Felizardo faz um apanhado das afetações emocionais que marcarão o cotidiano durante os primeiros momentos das ondas de contágio pelo coronavírus. Afirma a autora que o medo de adoecimento do corpo; o perigo da morte e da perda das pessoas amadas; o recolhimento bem ou mal assimilado; o luto; a distância dos afetos dos que padecem em leitos hospitalares ou sem assistência médica adequada; a redução do poder aquisitivo com a economia oscilante; até a cerimônia do adeus com velórios curtos, breves, rápidos, cujos rituais espirituais ocorrem por meio de transmissão nas redes sociais, são produtoras de mais sofrimentos psíquicos.

Nesse cenário, a vigilância contínua com a higienização é acompanhada dos novos usos do corpo. O cotovelo se apresenta como o local ideal para o espirro, a boca para a máscara e as mãos para a limpeza. Na quarentena, os abraços são proibidos, o uso da máscara é o mais novo símbolo de responsabilidade social e dos bons costumes. A falta do seu uso passou a ser considerada como uma grave transgressão, sinal de descuido consigo e com o outro. Os beijos que compunham as cenas eróticas foram substituídos por “sexo sim, beijo não”. Várias empresas funerárias oferecem a possibilidade de o internauta acender uma vela virtual nas cerimônias dos velórios e deixar uma mensagem de condolências. As circunstâncias do isolamento social afetaram as formas de cumprimentos, as práticas amorosas dos amantes e as despedidas dos que morrem. Viver, amar e morrer ficaram diferentes. Os espaços e os cotidianos foram reinventados.

Ela complementa que a cartografia de uma parte das residências passou a acomodar atividades laborais; convívio em tempo integral com as crianças; limpezas de produtos e superfícies; atividades de lazer, exercícios físicos, práticas meditativas, terapias, consultas, aulas, convívio familiar e de amizades, tudo a distância, com a mediação de dispositivos eletrônicos. As zonas de fronteiras que separavam a dinâmica pessoal e profissional ficaram ainda mais diluídas, potencializando o cansaço (FELIZARDO, 2020).

Tecidas tais considerações, convém ressaltar que a filósofa Judith Butler, em *Vida Precária – Os poderes do luto e da violência*, interroga “quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?”.

Para Butler (2011 p. 40), somos constituídos politicamente em parte pela vulnerabilidade social dos nossos corpos.

No Brasil, vários são os estados de morte que militam desfavoravelmente para a afirmação da vida e que potencializa a vulnerabilidade desigual dos corpos, especialmente para a parcela da população que está mais exposta aos efeitos da brutalidade da crise social e econômica que afeta notadamente os doze milhões de desempregados, somado ao fenômeno da precarização do trabalho, do enfraquecimento das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no país. Na compreensão de Butler, “se uma vida não é digna de luto, ela não é bem uma vida; ela não se qualifica como uma vida e não é digna de nota” (BUTLER, 2011, p. 55). Para a autora, o sentimento de luto é precedido do reconhecimento público, essa é a condição que ensejará que a sua morte seja pranteada publicamente. Butler afirma que, “se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas, uma vez que já foram negadas” (BUTLER, 2011, p. 54). Assevera a autora que, “as vidas que não são passíveis de luto continuam a viver, teimosamente, no estado de morte” (BUTLER, 2011, p. 54).

Assim, a distribuição desigual do luto e das próprias condições de assegurar a manutenção da vida precipitam profundos sofrimentos psíquicos como consequência do desamparo estatal, isto é, da ausência de políticas públicas, da exaustão a que o modo de produção capitalista expõe a classe trabalhadora e da escassez de condições para a assegurar a sobrevivência, além disso, lidar com o *stress* do cotidiano são fatores que comprometem os indicadores sistêmicos de saúde e de bem-estar, expondo cada vez mais as pessoas a estados emocionais adoecidos. No Brasil, o que tem se verificado, no que se refere à saúde mental de amplos grupos sociais, parece confirmar essa relação direta entre a pandemia e o agravamento do sofrimento psíquico. Diante de tantas incertezas trazidas pelo vírus que tem ceifado e precarizado ainda mais a vida de tantas pessoas, é sabido que o medo em relação ao futuro se torna uma emoção muito presente. Não é fácil ler ou ouvir notícias e saber que existe uma doença descontrolada que possui um elevado nível de letalidade e que pode a qualquer momento nos infectar, tirar as nossas vidas, a vida dos nossos amigos e amigas, dos nossos familiares. Essa apreensão por si só já traz, para a maioria de nós, sentimentos de ansiedade, desamparo e finitude, uma vez que notamos que nada está sob nosso controle direto.

Além disso, temos algumas peculiaridades no contexto pandêmico brasileiro que tornam a situação ainda mais desesperadora, uma vez que somos governados por políticos que desde o início da pandemia até o final do ano de 2022 agiram de modo extremamente irresponsável desde o início da emergência sanitária, adotando posturas contrárias aos principais órgãos de saúde do mundo, indo de encontro ao que dizem os institutos de pesquisa, as universidades e as autoridades médicas. A socióloga Sandra Caponi (2020) afirma que o governo brasileiro atenta contra a vida ao estimular aglomerações em igrejas, negar-se a impor a quarentena das pessoas que chegam aos aeroportos vindo de países afetados pela pandemia, ao desrespeitar prefeitos e governadores que estão se esforçando para manter o isolamento e o distanciamento social. Por sua vez, a professora e

pesquisadora da Unifesp-Unicamp, Isabel Carvalho (2020) aponta que o governo tem adotado a promoção de medicamentos à revelia dos estudos científicos, isto é, tem feito a defesa de remédios de baixa eficiência e com altos riscos de efeitos colaterais.

Um estudo oriundo do “Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil”, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em parceria com a Organização Não Governamental Conectas Direitos Humanos, concluiu que o governo federal “optou por favorecer a livre circulação do novo coronavírus, sob o pretexto de que a infecção naturalmente induziria à imunidade dos indivíduos” (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 27). Essa retórica foi atestada pelo Presidente da República que, em 17/03/2020, declarou em entrevista à rádio Tupi: “o que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo. Uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos”, declarou Bolsonaro<sup>6</sup>. Esse estudo foi elaborado no âmbito do projeto intitulado “A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19”, publicado pela primeira vez em janeiro de 2021 e que serviu como base de informação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, em funcionamento de abril a outubro de 2021 (VENTURA *et al.*, 2021).

No Brasil, o governo federal adotou uma postura que tem sido chamada de “negacionista”. O pesquisador Jean Miguel afirma:

O modo como a pandemia da COVID-19 tem sido tratado pelo presidente Bolsonaro e grupos bolsonaristas é um exemplo claro de como a ignorância é produzida e difundida culturalmente. Ignorância produzida frente ao farto número de informações apresentadas pela comunidade científica, pelos dados compartilhados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e aplicados pelo Ministério da Saúde brasileiro. No contexto da pandemia, dois principais fatos insistem em ser negados e, por fim, ignorados: a gravidade da pandemia e a efetividade do isolamento social. Isso já basta para que se ignore a realidade da pandemia por completo, dando-se espaço para teorias conspiratórias e inúmeras fake news disseminadas pelas redes sociais e grupos de whatsapp bolsonaristas. [...] (MIGUEL, 2020, p. 98-101).

Em síntese, a partir dos dois aspectos anteriormente mencionados, percebemos que a produção da ignorância em torno da COVID-19, agenciada por redes bolsonaristas, é operada segundo meios digitais e práticas específicas que podem ser identificadas como formas de anulação da complexidade e da possibilidade de verificação dos fatos. Portanto, comporta-se como um sistema de produção da ignorância, que se alimenta de uma cosmovisão compartilhada na qual a ciência é vista como produtora de um conteúdo contaminado ou, simplesmente, entendida como “ideologia” propagada pela esquerda (MIGUEL, 2020, p. 101).

Com essa constatação de Jean Miguel estão de acordo Araújo e Pereira (2021), quando afirmam:

Decidir pela vida é uma obrigação ética fundamental. Lamentavelmente não foi a decisão lógica desde o início. O desgoverno do presidente foi contra a gravidade do vírus, banalizou a ciência, opôs-se às orientações básicas de combate ao vírus e, além de dificultar a aquisição de vacinas, menosprezou-as. Bolsonaro segue seu governo necrótico. O negacionismo da pandemia

<sup>6</sup> Ver: <https://aduenf.org.br/governo-incompetente-ou-genocidio-de-estado/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

do novo coronavírus associado à falta de compromisso com a vida tece a necropolítica ou necropoder (política da morte, poder de morte). O contexto é demarcado por parâmetros em que a submissão da vida em função da morte foi legitimada. Bolsonaro classificou a pandemia de «gripezinha» e insultou os comprometidos com as orientações da ciência chamando-os de «maricas» (ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p. 78).

Fica explicitado, desse modo, que o governo federal brasileiro tende a negar não somente a gravidade do vírus mas também todas as consequências nefastas que ele tem trazido para centenas de milhares de pessoas. Os números jamais serão capazes de exprimir afetos, sentimentos de dor, saudade e incapacidade que nos consome a alma. A frieza estatística esconde os rostos daqueles que se foram: homens, mulheres, jovens, crianças, idosos(as). As perdas são incontáveis e fazem crescer os vazios deixados nos corações dos familiares e amigos que tiveram seus entes queridos levados pelo vírus. Vivemos um luto imensurável. O medo é somente um dos tantos afetos desencadeados pela pandemia.

Giorgio Agamben (2015a) usa um conceito muito caro para as nossas reflexões sobre o contexto pandêmico brasileiro. O filósofo refere-se à constituição de uma “vida nua”, isto é, de uma vida “matável”, despossuída de valor, de dignidade, algo que se aproxima das discussões de Butler sobre a precarização da vida. Uma vida assim é construída de modo a poder ser controlada, exposta, descartada e eliminada pelo Poder Soberano que controla corpos e gere a vida das pessoas, geralmente definindo determinadas vidas como submissas, menos importantes e que, por isso, não merecem a garantia de direitos. Essas “vidas nuas” podem ser tiradas sem que o culpado seja punido, mesmo que seja o Estado.

No Brasil, diante do caos que se instala e de um governo que manifestamente adota postura de desprezo em relação à vida, não é difícil perceber a proliferação de “vidas nuas”, sobretudo pelo fato de sabermos que a pandemia não atinge igualmente os grupos sociais. Existem aqueles que sofrem muito mais as consequências da crise, como os mais pobres, as mulheres, as populações negras e indígenas. Trata-se de segmentos sociais que não têm recebido do Estado brasileiro a atenção devida, ficando, muitas vezes, propensos à morte certa. Morte que pode se dar pela ação do vírus, mas também pela fome, pelas péssimas condições sanitárias, de saúde, de emprego e de renda.

No contexto de pandemia, o Brasil parece se aproximar de um “Estado de exceção”, em que se evidencia a proliferação de uma gestão política empenhada em pôr fim a determinados grupos por meio de uma administração conivente ou mesmo agente de extermínios dos grupos considerados indesejáveis, atuando, portanto, como aliado do patógeno. Agamben (2015b) analisa esse tipo de Estado que abandona os seres vivos à própria sorte, sem qualquer tipo de amparo ou empatia, em que se percebe a exacerbação do sentimento de indiferença e total desrespeito com a vida humana.

As vidas perdidas não são valorizadas, mas não é só isso. Na pandemia no Brasil, o choque, o sofrimento mental também não costuma ser reconhecido pelo governo como um importante e legítimo problema de saúde pública. Assim, não bastassem as grandes preocupações e consequências negativas trazidas pelo vírus, ainda precisamos lidar com as ansiedades geradas por um governo que não tem compromisso com a saúde do

povo, pelo contrário, está afinado com os interesses do grande capital. Nas palavras de David Harvey (2016), esse governo é responsável por sustentar uma sociedade em que predominam a barbárie e a selvageria marcadas pela competição e pela desumanização da vida, tendo como pano de fundo a naturalização da violência, da espoliação, a traição, o roubo, a fraude, entre outros fatores, como nos mostra a história do colonialismo nas Américas e na África.

Harvey (2016), ao apresentar algumas das contradições do capitalismo, deixa bem evidente que se trata de um sistema político e econômico doente, que produz desigualdades crônicas e que se vale da exploração dos mais pobres, da mão de obra que, geralmente, é oprimida e vilipendiada em seus direitos mais básicos. Parece ser autoevidente pensar que um sistema doente gera adoecimentos na população, precarização e sofrimento psíquico. A pandemia da covid-19 – particularmente em um país marcado pela selvageria do capitalismo, onde o desespero pela manutenção da sobrevivência, fruto da forte concentração de renda e injusta distribuição de oportunidades já faz parte do cotidiano do povo – parece exacerbar as tensões. Nesse sentido, o autor fala enfaticamente da naturalização das desigualdades no capitalismo que faz com que alguns indivíduos sejam favorecidos em detrimento de outros. Esses “outros” desfavorecidos podem passar as mais terríveis dificuldades, privações, opressões e explorações que nascem da apropriação da força de trabalho nos regimes de escravidão, servidão e até tráfico de pessoas, são ainda conduzidos a uma condição de alienação, sem qualquer domínio sobre o próprio trabalho. Isso por si só já é aflitivo e adoecedor.

O que percebemos é um verdadeiro barril de pólvora. Trata-se de um vírus descontrolado e extremamente letal, em um país com um governo irresponsável e, como muitos dizem, genocida, com regime historicamente desigual fundado nos elevados ganhos do capital que naturaliza a barbárie, a desumanização, o egoísmo e tudo o que há de mais perverso. Os trabalhadores historicamente perdem seus empregos. No Brasil, também perdem a vida, pois suas existências parecem não importar para os governantes. O Estado não é só conivente com as relações de dominação mas também um facilitador, agindo em comunhão de esforços com grandes empresários, em suma, com as classes mais abastadas.

Em nosso país, vigora o que Achille Mbembe (2018) chama de “necropolítica”, que manifesta mais que a capacidade de o poder soberano dizer quem deve morrer e quem deve viver, configurando uma política que incita a morte de determinados corpos e populações tidas como indesejáveis. Quando o Estado brasileiro age de modo manifestamente omissivo em criar mecanismos de proteção que resguardem os direitos e a vida dos grupos mais vulneráveis, é a necropolítica que está em ação. É possível notar o uso de tecnologias específicas para matar, isto é, todo um aparato, por vezes até mesmo burocrático, que executa uma política de extermínio (MBEMBE, 2018).

Mbembe (2018) argumenta que essas relações de opressão são históricas e remontam ao período escravocrata. O escravo era tido como um instrumento de trabalho, tinha um preço, vivia em um mundo de horrores. O poder sobre a vida do outro assumia uma forma

de comércio em que a humanidade do sujeito escravizado era completamente dissolvida. Assim, humanos eram coisificados, tinham suas existências diminuídas e alienadas.

Cabe destacar que esse passado horrendo ainda continua vivo. Mbembe (2018) aponta que as tecnologias de poder que instauram a violência e, por que não dizer, a loucura e o sofrimento psíquico que nascem no bojo do sistema capitalista, tiveram continuidade no tempo, ganharam novas roupagens, mas ainda são letais e seguem rasgando corpos, minando a dignidade de populações, segregando vidas por intermédio de vigilâncias, separações e reclusões.

O autor aponta que a necropolítica e o necropoder são mecanismos usados com o objetivo de provocar a máxima destruição de pessoas e criar mundos de morte, em que várias populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos vivos (MBEMBE, 2018). Esse cenário aterrador certamente exacerba o sofrimento psíquico dos grupos mais vulneráveis, sobretudo aqueles atravessados por marcadores sociais da diferença que lhes que lançam aos “não lugares”, às margens, à precarização que tende a ser naturalizada pelo silenciamento histórico de narrativas subalternizadas. Em um contexto de pandemia, tal como este que estamos vivendo, essas construções sociais assumem feições cada vez mais preocupantes. Leva-nos a pensar que algumas vidas serão abandonadas.

Ademais, o filósofo Paul Preciado (2020), em *Aprendendo com o vírus*, aponta que “o que estará no centro do debate durante e após esta crise é quais serão as vidas que estaremos dispostos a salvar e quais serão sacrificadas”. O autor recupera que “o mais importante que aprendemos com Foucault é que o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política. *Il n’y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps* (não existe uma política que não seja uma política dos corpos)” (PRECIADO, 2020). O corpo é o território político que está em permanente disputa, em um campo de tensões constantes. Para ele, “todo o trabalho de Foucault poderia ser entendido como uma análise histórica das diferentes técnicas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações” (PRECIADO, 2020).

A “política de controle de corpos” sobre a qual fala Foucault (1988) demonstra com nitidez o poder exercido sobre o sujeito, com todas as técnicas e tecnologias de assujeitamento dos indivíduos, muitas vezes, de modo repressivo e violento. Isso se deu no passado, mas também se dá no presente. Foucault (1988, p. 40) explica:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar;

tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo.

A biopolítica é esse controle minucioso e insidioso sobre o corpo e sobre a vida que permite a construção de corpos dóceis, isto é, passíveis à dominação e ao jugo de outrem. Esse é um tipo de dominação que envolve a conformação de condutas de não questionamento, muito importantes no capitalismo, que necessitam de corpos disponíveis para o trabalho. Isso permite a manutenção das relações de produção, com a utilização de diversas tecnologias de poder e assujeitamento. Tais relações, que têm como base a opressão, são fatores históricos importantes de sofrimento psíquico. O corpo controlado equivale ao “ser” domado, impossibilitado de liberdade, de desenvoltura, de expressão, de uma vida plena. Foucault (1988, p. 133) diz que:

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.

Foucault fala de um poder intenso sobre a vida que redundava em controle de corpos, no gerenciamento dos processos vitais a partir de tecnologias que domesticam o viver. Isso revela a face de uma sociedade de controle, disciplinar, que busca a todo custo normalizar a vida social, configurando uma biopolítica ou o que conhecemos como “poder sobre a vida”. Esse fator nos induz a pensar sobre ansiedades e medos que essa vigilância gera nos sujeitos, refletindo em mais sofrimento psíquico. Além disso, vivemos em uma sociedade na qual as tecnologias de informação têm ganhado cada vez mais poder sobre as nossas vidas.

Quando não estamos sendo vigiados, estamos sendo expostos a uma série de informações que invade o nosso dia a dia. O que nos é mostrado diariamente, muitas vezes, sem a nossa exposição, pode se configurar como mecanismos de controle, sendo também responsáveis por gerar adoecimentos. A permanente exposição dos sujeitos aos dispositivos eletrônicos e aos conteúdos dos noticiários televisivos – que realizam a cobertura jornalística da pandemia, são relevantes como exercício ao direito à informação, mas os sentimentos daí decorrentes comprometem a promoção da saúde mental tendo em vista a natureza dos dados que são expostos diariamente no contexto da *infomedia* – potencializa as sensações de medo, impotência e vulnerabilidade.

## A INFORMAÇÃO SOB HOLOFOTE

O site Internet Live Stats mostra que, a cada segundo, o mundo produz e compartilha na web 3,1 milhões de e-mails, 9.870 posts no Twitter, 1.137 fotos no Instagram, 6.544 chamadas no Skype, 99.578 pesquisas no Google e 94.052 visualizações no Youtube. Os números impressionam e, ao mesmo tempo, põem em alerta autoridades e especialistas já que, nesse diapasão, é necessário dar foco à quantidade de informações inverossímeis da Era das *fake news* somada à ameaça viral ainda potente, uma ciência em constante atualização e um Governo Central que, em vez de assumir papel protagonista no apoio e esclarecimento da população, tem sido porta-voz de narrativas obscurantistas e inquietantes quanto ao acompanhamento da covid-19, tal como discutimos anteriormente.

No Brasil, somos 152 milhões de usuários de internet (ou 81% da população com 10 anos ou mais), segundo estimativa da pesquisa “TIC Domicílios 2020” (Edição COVID-19 – Metodologia Adaptada), promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br). Isso quer dizer que as informações, ao contrário de 1918, quando ocorreu a gripe espanhola, alastram-se de forma retumbante, a começar pelos modelos de comunicação e de locomoção que eram absolutamente diferentes há um século. Hoje, cruzamos o mundo de avião em poucas horas e a tecnologia nos permite que se alastrem informações planeta afora instantaneamente.

Desde março de 2020, quando se assentou em solo brasileiro a pandemia da covid-19, a população brasileira vive uma cruzada sem precedentes. Para além das trapalhadas do governo brasileiro, que debulha narrativas nocivas pondo em desalento uma nação inteira, a carga pesada de *fake news*, alimentada por uma enxurrada de vídeos, textos, gráficos, ilustrações e áudios, dificultaram, e ainda dificultam, o entendimento das orientações e geram insegurança nas pessoas quanto ao *modus operandi* a seguir. No caso do Brasil, a avalanche de informações carregadas de um impressionante negacionismo da pandemia, cujo principal porta-voz era o próprio presidente da República, ganhava dia após dia um aliado de peso: a propaganda oficial do Governo Federal.

Como mostra o relatório de lavra dos Professores(as) da Universidade de São Paulo, Deisy Ventura, Fernando Aith e Rossana Reis, encaminhado à CPI da Covid no Senado Federal, a própria Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo Federal chegou a divulgar, via internet, a campanha publicitária “O Brasil não pode parar”, vídeo cujo texto dizia que “no mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos” – e ainda incitava a população à desobediência das medidas quarentenárias: “Para trabalhadores autônomos, o Brasil não pode parar. Para ambulantes, engenheiros, feirantes, arquitetos, pedreiros, advogados, professores particulares e prestadores de serviço em geral, o Brasil não pode parar” (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 42). O relatório destaca que a propaganda só não foi parar nas grandes redes de televisão e rádio, paga com recursos públicos, porque o Ministério Público Federal pediu a suspensão da propaganda ao Supremo Tribunal Federal, que decidiu por vetar a produção e a circulação do material.

Não à toa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a situação já no início da pandemia, como uma infodemia – ou excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. Diante de tantas e confusas narrativas, é natural que, em se tratando literalmente de sobrevivência humana, o estado mental dê os primeiros sinais de arrefecimento. Daí o papel imperativo da grande mídia, sobretudo os meios televisivo e de rádio, para informação fiel dos fatos e para tranquilizar os cidadãos. A mídia institucional também deveria cumprir um papel fundamental de informação/orientação. Mas o que se viu foi uma guerra de posicionamentos, sobretudo entre União e Estados, quanto a seguir ou não a ciência, a flexibilizar ou não as medidas restritivas em pleno furor do vírus. Houve uma miscelânea que deixou famílias inteiras vítimas do que muitos têm chamado de genocídio.

Dito isso, é de suma importância assinalar o papel da imprensa profissional. Ademais, ressaltar que, embora as mídias digitais tenham um alcance cada vez maior, há rincões em países como o Brasil onde as pessoas ainda dependem dos aparelhos televisivos e radiofônicos para se informar sobre o mundo lá fora. Um estudo realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) confirmou a influência da televisão na vida da maioria dos brasileiros. Quando os entrevistadores perguntaram em quais meios de comunicação as pessoas viram ou ouviram notícias sobre as vacinas da covid-19, 82% disseram “na televisão”, daí a relevância sumária desse veículo de comunicação.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1997) chamou a atenção para que o jornalismo, com foco na televisão, pudesse contribuir com ferramentas ou estratégias para todos os que, como profissionais da imagem, lutam para que o que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica. O que Bourdieu diz com isso é que a área de comunicação vive sob a pressão do campo econômico a partir de uma realidade na qual a TV (e os demais meios também), por exemplo, continua a se submeter: o índice de audiência. Ela, a audiência (e, portanto, o anunciante), dita as regras, doa a quem doer – e não a notícia.

Bourdieu (1997, p. 62) enfatiza que “é através dos índices de audiência que a lógica comercial se impõe [...]”. Na TV, acrescenta o autor, essa lógica é levada ao máximo, já que os índices de audiência podem ser medidos com a possibilidade, inclusive, de se verificar as variações por grandes categorias sociais. No caso em discussão, em que pese o posicionamento da quase totalidade da grande mídia brasileira de apoio à ciência e às medidas de controle pandêmico – além das investidas diárias nos noticiários no sentido de desmascarar Jair Bolsonaro e seu negacionismo, de desnudar as declarações jocosas e desrespeitosas do presidente e explicitar a condução tacanha do processo por parte de quem deveria conduzi-lo com responsabilidade –, o foco da imprensa como um todo, seja ela da seara comercial ou alternativa, continuava sendo a audiência. Para isso, o peso dado ao sensacionalismo midiático se manteve firme, apesar das circunstâncias.

Não foi fácil para ninguém: o medo do contágio, a solidão da clausura, o caos exteriorizado sem meias palavras nas capas da mídia impressa e sem cortes nas telas de TV

e nos celulares. A paranoia coletiva tomou conta. Não foi para menos. Bourdieu (1997) insiste que, com a televisão – e isso se enquadra a outros meios de comunicação também –, teoricamente é possível atingir todo mundo. É preciso saber usá-la. Ele lança o desafio sobre como deveria ser o interesse ideal da pauta jornalística: “o que tenho a dizer está destinado a atingir todo mundo? Estou disposto a fazer de modo que meu discurso, por sua forma, possa ser entendido por todo mundo?”. Ele provoca não só os jornalistas mas também os entrevistados, e lembra que há uma missão dos pesquisadores, dos cientistas em particular – e talvez ela seja particularmente urgente no que se refere às ciências da sociedade – que é restituir a todos as contribuições à humanidade. Para isso, o aparato jornalístico deve centrar foco no que é relevante e não no que é mais rentável.

Uma emissora de TV, cujo alcance bate à casa dos 212,1 milhões de brasileiros (5), dedicou um semestre inteiro de 2020 ao acompanhamento em detalhes dos infortúnios de dentro dos hospitais, de famílias despedaçadas pela morte de entes queridos, de duelo político de governadores, quase que integralmente em defesa da ciência, e de um presidente da República, como já mencionado, negacionista. Para tornar o contexto ainda mais dramático, uma eleição municipal no segundo semestre de 2020 trouxe ainda mais confusão no campo da comunicação. Era a guerra de narrativas Brasil afora. No subterrâneo de vidas humanas, avançava o processo das chamadas “doenças da alma”, a intensificação do sofrimento psíquico.

Em suas “notas sobre a pandemia”, o historiador Yuval Noah Harari lembra que tanto a incidência quanto o impacto das pandemias decresceram dramaticamente desde a idade da pedra. Diz o autor:

Isso porque a melhor defesa que os humanos têm contra os patógenos não é o isolamento, mas a informação. A humanidade tem vencido a guerra contra as epidemias porque, na corrida armamentista entre patógenos e médicos, os patógenos dependem de mutações cegas, ao passo que os médicos se apoiam na análise científica da informação (HARARI, 2020, p. 15).

Harari (2020, p. 37) fala da informação capitaneada pela ciência, mas não só dela, ele diz que “é preciso confiar nas autoridades e na mídia”. Certamente, a confiança que ele fala tem a ver com autoridades conscientes de um desafio que provoca uma pandemia e de uma base informacional séria e com fontes checadas e idôneas. Uma gestão responsável dessas informações, tendo como foco central a saúde emocional da população, sem dúvidas, é capaz de mitigar muitos dos efeitos nocivos da pandemia. Os esforços no sentido do compartilhamento de informações úteis à saúde coletiva, visando estimular emoções positivas diante de um contexto de crise, é um grande desafio para uma sociedade com tanta tecnologia e conteúdo em circulação, mas que, muitas vezes, faz uma gestão completamente irresponsável dos dados, contribuindo, em grande medida, para o aumento do caos, de ansiedades, medos e do pânico social em torno da doença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferimos que, no Brasil, não é somente com a violência do vírus que precisamos lidar diariamente, mas com um Governo que nos ameaça com a sua política que promove e estimula a violência. Bolsonaro, os seus ministros e correligionários encarnam um tipo específico de peste: o bolsonarismo, que se caracteriza, entre outros fatores, pela produção da ignorância responsável por desencadear barbaridades que têm custado a vida de tanta gente.

Sentimento de perda, saudades e a dor do luto estão acometendo brasileiros(as) de todas as cidades e regiões. Um turbilhão de emoções está proliferando nesse momento de crise. Os sujeitos têm de lidar com o sentimento de “exílio”, uma espécie de vazio frente ao sofrimento que se manifesta com toda a sua dramaticidade; um medo que se torna ainda maior por causa do caos político, social e econômico. A precarização da vida, o Estado de exceção encarnado, que torna patente a necropolítica, o controle de corpos e o caos informacional que somados às desigualdades históricas e a marcadores sociais da diferença que tanto nos caracterizam contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico em nosso país. Não é de se estranhar que se fale em uma “pandemia paralela” à da covid-19.

Por fim, alertamos para a importância da intensificação das pesquisas que tenham como foco a saúde mental dos sujeitos em contextos de crises sanitárias. Essa é uma questão premente e que precisa ser priorizada a fim de diminuirmos as consequências de um problema social grave, mas que ainda não revelou completamente as suas proporções. Que este breve ensaio seja somado a outros esforços que visam aprofundar reflexões sobre as questões que atravessam a pandemia no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: [Homo Sacer, II, I]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015a.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.
- AGAMBEN, Giorgio. **Giorgio Agamben e a pandemia**: subsídios para um debate. [S. l.]: Bazar do tempo, 2020. Disponível em: <https://bazardotempo.com.br/giorgio-agamben-e-a-pandemia-subsidios-para-um-debate>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BARGUEÑO, Miguel Ángel. Sexo sim, beijo não: estas são as novas regras do flerte em tempos de pandemia. **El País**, [S. l.], 31 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-31/sexo-sim-beijos-nao-estas-sao-as-novas-regrasdo-flerte-em-tempos-de-pandemia.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, [201-]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e a pandemia de Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/saude-mental-e-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.
- CAPONI, Sandra. Não existe salvação individual na pandemia de Covid-19. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.
- CARVALHO, Isabel C. M. Vozes da Pandemia: uma história a ser contada. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

CETIC.BR. **TIC Domicílios - 2020 Domicílios**. [S. l.]: CETIC BR, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FELIZARDO, Ana Paula. Uma ofegante epidemia: Reflexões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto da covid-19 no Brasil. *In*: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte. **Trabalho infantil e pandemia: diagnóstico e estratégias de combate**. Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020. Disponível em: [https://ead.trt21.jus.br/pluginfile.php/780/mod\\_book/chapter/17/E-book%20-%20Trabalho%20Infantil%20e%20Pandemia.pdf](https://ead.trt21.jus.br/pluginfile.php/780/mod_book/chapter/17/E-book%20-%20Trabalho%20Infantil%20e%20Pandemia.pdf). Acesso em: 25 fev. 2022.

GLOBO. **Consulte aqui a cobertura e as oportunidades da Globo em todo o Brasil**. [S. l.]: Globo Ads, [201-]. Disponível em: <https://negocios8.redeglobo.com.br/paginas/brasil.aspx>. Acesso em: 14 fev. 2022.

HARARI, Yuval Noam. **Notas sobre a pandemia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INTERNET LIVE STATS. [S. l.]: Internet Live Stats, [201-]. Disponível em: <https://www.internetlivestats.com/one-second/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/achile\\_mbembe\\_-\\_necropol%C3%ADtica.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/achile_mbembe_-_necropol%C3%ADtica.pdf). Acesso em: 26 abr. 2022.

MIGUEL, Jean. Coronavírus, bolsonarismo e a produção da ignorância. *In*. GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1. ed. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PRECIADO, Paul. **Aprendendo com o vírus**. Campinas: AGB, 2020. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SIMECS. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul e Região. **Saúde mental na pandemia**: cuidados para evitar uma “epidemia paralela”. [S. l.]: SIMECS, 2021. Disponível em: <https://www.simecs.com.br/blog/artigos/saude-mental-na-pandemia-cuidados-para-evitar-uma-epidemia-paralela->. Acesso em: 13/02/2022.

TERRA. **Brasileiro confia na TV para saber da pandemia, diz pesquisa**. [S. l.]: Terra, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/brasileiro-confia-na-tv-para-saber-da-pandemia-diz-pesquisa,609aea316089aea873d9bbe44a2dadd3a6v5orzw.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

VENTURA, Deisy; AITH, Fernando; REIS, Rossana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19. **Direitos na pandemia**: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, São Paulo, v. 10, p. 6-31, 2021.